

A DIREITA RADICAL POPULISTA EM PORTUGAL

Margarida Santana

Membro Associado do Observatório Político¹

Resumo

O fenómeno da nova direita radical, que tem assombrado a Europa desde os anos 1970, parecia não ter expressão significativa em Portugal. É nas eleições legislativas de 2019 que este cenário se altera, com o partido Chega a conquistar 1,3% dos votos e obtendo, assim, representação no parlamento nacional. Esta ascensão repentina presta-se a algumas considerações. Desde logo, importa saber onde se situa o partido no espetro político. Por parte da comunicação social, esta proposta foi enquadrada na extrema-direita e, não raras vezes, associada a uma reminiscência do fascismo. Do ponto de vista da ciência política, Riccardo Marchi classifica-o como um populismo de nova direita radical. Em segundo lugar, e sabendo que esta não foi a primeira investida da direita antissistema em Portugal, é fulcral entender os fatores de sucesso desta força política. Mariana Mendes e James Dennison sugerem a sua capacidade de desviar o estigma do extremismo, a crise dos partidos de centro-direita e a atual pertinência de questões tipicamente abordadas pela direita radical. Por fim, convém refletir sobre a longevidade do Chega e aquilo que ele representa. A elevada personalização do partido e a fraca homogeneidade ideológica ameaçam a sobrevivência do projeto. No entanto, o exemplo europeu mostra que estes novos partidos são capazes de se adaptar à evolução dos eventos, sendo sintoma de transformações bem mais profundas na sociedade. Neste sentido, o presente *Working Paper* procura analisar o partido Chega sob a perspetiva de Cas Mudde, debruçando-se sobre a cultura política do partido e as condições do seu surgimento.

Palavras-chave

nova direita, radicalismo, populismo, Portugal, Chega

¹ Estudante de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

Introdução

Desde o final dos anos 1970, a Europa tem sido testemunha do aparecimento de partidos situados à direita do espectro político, cujo sucesso eleitoral e respetiva consolidação nas décadas subsequentes despertou a atenção da comunidade científica. Hoje, no mapa político europeu apenas três países, Irlanda, Luxemburgo e Malta, não têm representantes da extrema-direita ou da direita radical nos parlamentos nacionais. De facto, estes partidos controlam os governos polaco, húngaro e checo e participam em coligações na Áustria, Letónia, Eslováquia e Bulgária e, até há pouco tempo, em Itália e na Finlândia. O governo da Dinamarca também depende esporadicamente do seu apoio. A par desta tendência, as eleições de maio de 2019 para o Parlamento Europeu registaram um aumento das forças ultraconservadoras, nacionalistas e da direita populista. Em Portugal, o partido político Chega, após um desempenho não assinalável (de 1,49%) nas eleições europeias, capta a atenção da opinião pública nas eleições legislativas de outubro de 2019. Ao conseguir eleger um deputado para a Assembleia da República, o momento foi retratado como histórico, pois pela primeira vez desde a queda do Estado Novo, um partido conotado com a extrema-direita conseguia assento parlamentar.

Num esforço para enquadrar este fenómeno numa família de partidos, uma pluralidade de definições foi surgindo, dificultando o debate académico (Minkenberg, 2000). É possível, no entanto, identificar uma adesão cada vez maior dos investigadores ao termo “direita radical populista” (Rooduijn, 2015), cunhado pelo cientista político Cas Mudde, na obra *Populist Radical Right Parties in Europe*.

Face este cenário, o objetivo deste *Working Paper* passa por analisar o partido político português Chega à luz da teorização de Mudde, enfatizando as características populistas, nativistas e autoritárias. Primeiramente, será apresentado um enquadramento teórico dos partidos populistas de direita radical em ascensão na Europa e no Ocidente, bem como as principais razões apontadas na literatura para esse crescimento. Posteriormente, tratar-se-á do caso de estudo através da exposição da matriz ideológica do partido Chega, tomando como referência os documentos oficiais e as intervenções do seu líder, André Ventura. Por último e para uma melhor compreensão da inserção do partido no contexto internacional das direitas radicais, serão apontadas as circunstâncias do seu aparecimento e crescimento exponencial.

A Direita Radical Populista

Na conceção de Mudde (2007), a direita radical populista estrutura-se a partir de três traços ideológicos centrais. O primeiro é o nativismo, “(...) uma

ideologia que defende que os estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo («a nação») e que os elementos não-nativos (pessoas e ideias) são fundamentalmente ameaças para o estado-nação homogêneo.” (Mudde, 2007, p. 22). Esta utopia monocultural traduz-se numa preferência nacional articulada com apelos para a expulsão de grupos estrangeiros, privilegiando a cultura “oficial” em detrimento do multiculturalismo. Logicamente, a ideia de Estado-Nação puro não se coaduna com a realidade multiétnica vivida na Europa Ocidental, sendo os partidos forçados a aceitar algum grau de diversidade (Mudde, 2007).

A segunda característica é o autoritarismo, definido como “(...) a crença numa sociedade estritamente ordenada, na qual as infrações à autoridade devem ser punidas severamente.” (Mudde, 2007, p. 23). Para os partidos populistas da direita radical, o princípio de Lei e Ordem adquire preponderância, refletindo-se numa luta intransigente contra o crime que conta com o fortalecimento do sistema judicial e da força policial, o endurecimento do sistema prisional e a expansão dos direitos dos cidadãos à autodefesa (Mudde, 2007).

O último conceito-chave é o populismo, “(...) uma ideologia débil que considera a sociedade, em última análise, separada em dois grupos homogêneos e antagónicos, «o povo puro» versus «a elite corrupta», e que argumenta que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo.” (Mudde, 2007, p. 23). Enquanto ideologia intrinsecamente monista, a direita radical populista expressa-se, essencialmente, na defesa de uma política plebiscitária, na personalização do poder e na primazia do político (Mudde, 2007).

A direita radical aqui mencionada não deve ser confundida com a direita fascista do século XX, também ela nativista, autoritária e populista. Nas palavras de Michael Minkenberg (2000), a direita radical contemporânea é resultado de um processo de renovação que consistiu num declínio dos velhos partidos de origem fascista, que culminou no seu desaparecimento, e no surgimento, por oposição, de uma “nova direita”. Estes novos partidos rejeitam qualquer herança da experiência fascista entre guerras, embora partilhem alguns traços, como são os valores antidemocráticos e a posição antissistema (Ignazi, 1992).

Importa neste momento esclarecer que a direita radical populista não tem de ser anticonstitucional *per se*, isto é, não tem de assumir como objetivo o derrube da democracia liberal por uma via violenta, distinguindo-se, desta forma, da extrema-direita (Minkenberg, 2000). Na verdade, o radicalismo da direita aqui em análise aceita a democracia procedimental, apesar de estar em conflito com algumas características-chave da democracia liberal, em particular o pluralismo político e as limitações à soberania popular (Mudde, 2010).

Fatores de Sucesso da Direita Radical Populista

Para melhor compreender a renovação da direita radical, deve-se atender ao contributo de Piero Ignazi (1992). Sucintamente, no final dos anos 1960, a agenda política da Europa Ocidental passou a ser dominada pelas questões da chamada “nova política” dos movimentos sociais e libertários de esquerda, centradas no bem-estar social, na proteção das minorias, na política de identidades, na preservação da natureza e na participação política dos indivíduos, em contraste com as preocupações puramente socioeconómicas da “velha política”. Esta “revolução silenciosa” (Inglehart, 1977) provocou uma certa erosão da autoridade, do patriotismo, da importância da família e de outros valores morais tradicionais, cuja reação não se fez esperar. Assim, Ignazi identifica os partidos e movimentos autoritários de direita, que surgiram no final da década de 1970, como uma “contrarrevolução silenciosa”, uma resposta neoconservadora à onda liberalizadora que invadiu o Ocidente.

Naturalmente, este clima alimentou aquilo que se entende como o terreno fértil dos partidos populistas da direita radical. Por outras palavras, assiste-se ao crescimento de atitudes nativistas, autoritárias e populistas, especialmente relacionadas com as questões de imigração, de Lei e Ordem e de insatisfação com a democracia (Mudde, 2007). Seguindo a mesma linha de raciocínio, vários autores apontam que a nova direita radical representa “os perdedores da modernização”, aqueles que se percebem como prejudicados pelas mudanças à escala global, como sendo a modernização, a imigração em massa ou a sociedade pós-industrial (Mudde, 2007).

Em estreita ligação com esta abordagem, está a ideia de que os eleitores-alvo destes partidos são pessoas inseguras. No que concerne à insegurança económica, Minkenberg (2000) sublinha que os “perdedores” devem ser entendidos de uma forma subjetiva, isto é, não são os grupos desfavorecidos que mais se identificam com a direita radical populista, mas antes os designados “chauvinistas do bem-estar”, pessoas que se sentem em desvantagem num processo de diferenciação das oportunidades de vida. A ameaça “étnica” constitui outra fonte de insegurança, que na Europa Ocidental decorre, sobretudo, da chegada de imigrantes não europeus. Neste caso, o apoio aos partidos da nova direita radical é visto como uma resposta defensiva da população que considera a diversidade étnica prejudicial à democracia e conducente a conflitos (Bowen, 1996 citado por Mudde, 2007). Acresce referir que a insegurança está intimamente ligada à criminalidade, tornando o discurso securitário destes partidos um forte atrativo.

Ainda relacionado com a insegurança, na Europa Ocidental registam-se baixos níveis de confiança política nas instituições e processos democráticos, consubstanciados no aumento da volatilidade eleitoral e da abstenção (Ignazi, 1992). Deste modo, o apoio eleitoral à direita radical populista pode significar,

antes de mais, um voto contra os partidos estabelecidos, uma forma de protesto face à corrupção e lógicas clientelares (Kitschelt, 2002 citado por Mudde, 2007).

As explicações fornecidas até aqui concentram-se no lado da procura e podem ser enquadradas no paradigma da “patologia normal”. Resumidamente, os seus teóricos acreditam que os valores populistas de direita radical são estranhos às democracias ocidentais e, com tal, o apoio a estes partidos só se torna evidente em períodos de crise, ou seja, quando as sociedades estão sob “condições extremas” (Mudde, 2010). Mudde (2010) reconhece o valor explicativo destas teses, especialmente para a compreensão das mudanças sociais em grande escala, no entanto considera não existirem provas empíricas que permitam estabelecer uma relação direta entre essas transformações e o comportamento individual dos eleitores e, por conseguinte, os seus efeitos políticos diferenciados. Desta forma, compreender o sucesso eleitoral da nova direita radical implica atender a um conjunto variado de circunstâncias, entre as quais a estrutura de oportunidades políticas.

Especialmente relevante para uma primeira investida eleitoral bem-sucedida, é a abertura do espaço ideológico. Para tal, contribui a diminuição da lealdade dos eleitores para com os partidos tradicionais, já mencionado anteriormente, aliada à reintrodução no debate público de questões antigas (imigração, lei e ordem e corrupção) que a direita conservadora não aborda ou quando o faz, frequentemente sem sucesso, acaba por “legitimá-las” (Ignazi, 1992; Mudde, 2007). Além disto, a convergência entre os partidos estabelecidos de direita e de esquerda para posições mais centristas, como resultado de grandes coligações, viabilizam o aparecimento de partidos radicais (Kitschelt & McGann, 1995 citado por Mudde, 2007).

A cultura política desempenha também um papel fundamental na fase da descoberta eleitoral. De acordo com Mudde (2007), se um país teve em algum momento da sua história ligações com o fascismo e as elites adotam uma abordagem revisionista desse passado, então poderá ser mais fácil desenvolver uma subcultura nativista, que ajudará a integração na política dominante dos partidos da nova direita radical. Pelo contrário, uma cultura política marcadamente antirracista desenvolve um estigma face a esses partidos, quando associados à extrema-direita, afetando significativamente o seu desempenho eleitoral.

Por último, a estrutura de oportunidades políticas da direita radical populista está fortemente dependente da linha de ação da comunicação social. Se, por um lado, dá ênfase às questões sobre as quais a nova direita radical tem “propriedade”, nesse caso é espectável que funcione como arena propagandística para esses partidos. Por outro lado, se opta por uma postura hostil ao fenómeno, então o resultado é ambíguo, pois apesar de denunciar os

ideais dos partidos, a atenção pode ser exagerada e estes conseguirão retirar dividendos políticos dessa situação (Mudde, 2007).

Efetivamente, as variáveis descritas privilegiam o surgimento de partidos radicais populistas de uma forma genérica, demonstrando que o sucesso da direita radical populista, em particular, não se deve exclusivamente à conjugação de certos fatores. Os próprios partidos são atores políticos “provocadores” que têm responsabilidade no seu destino (Minkenberg, 2000).

Prosseguindo no âmbito das condições propícias ao avanço eleitoral, a moderação ideológica é apresentada na literatura, não raras vezes, como um ponto a favor desta tipologia de partidos, nomeadamente em países com uma cultura política em que a proximidade à extrema-direita é sobejamente mal recebida. Contudo, Mudde (2007) coloca a tônica na forma como essa mensagem política é transmitida e na capacidade em criar uma imagem “moderna” e “desintoxicada” e não tanto na ideologia propriamente dita. Neste sentido, um líder “carismático”, com grande capacidade de retórica, hábil na relação com os meios de comunicação e que saiba dirigir-se a eleitores de todos os quadrantes políticos revela-se determinante para atrair novos apoiantes e vencer eleições. Como tem vindo a ser defendido, esta liderança orientada para o exterior é melhor sucedida quanto mais recetivo for o contexto cultural e se o sistema institucional privilegiar a centralização do poder e a personalização política.

Por seu turno, a persistência eleitoral carece de outro tipo de fatores. Desde logo, uma liderança interna responsável pela organização partidária, pelo recrutamento e socialização política, pelo desenvolvimento de campanhas de propaganda eficazes e pela capacidade de converter os votos em influência política (Mudde, 2007). Em última instância, a institucionalização partidária depende da existência de um líder prático capaz de transformar novos eleitores em filiados leais e identificados com o projeto. Um problema coloca-se quando os seguidores e membros apoiam mais o líder “carismático” do que os valores estruturais do próprio partido (Rooduijn, 2015). Precisamente, a organização partidária não pode ser descurada. Amiúde, os partidos da direita radical populista são caracterizados como organizações minimalistas, com estruturas não muito elaboradas e um número reduzido de membros, imperando uma hierarquia rígida dominada pelo líder. No entanto, vários recebem o apoio de grupos de interesse e de organizações de juventude que ajudam a estreitar as relações com a sociedade civil. Por fim, Mudde (2007) aponta como crucial para o sucesso político a existência de fortes vínculos com as bases e uma estrutura organizacional implantada num território local ou regional específico.

Em suma, os fatores explicativos do sucesso da direita radical populista podem dividir-se entre o lado da procura e o lado da oferta. O lado da procura prende-se com a existência de um solo fértil para a proliferação dos partidos em

apreço. Este solo traduz-se em exigências de uma parte do eleitorado por políticas mais restritivas sobre a imigração ou a aplicação de punições severas nos casos de violação da lei, fruto da insatisfação com os partidos do sistema que não os protegem perante as transformações das sociedades e inclusivamente agravam a sua situação. O lado da oferta subdivide-se, por sua vez, em fatores externos e internos. Os primeiros dizem respeito às oportunidades criadas pelo vazio ideológico, à existência de uma cultura política favorável ao discurso nativista e à atenção concedida pelos meios de comunicação. Os últimos concernem à mensagem política dos partidos e à existência de uma liderança forte e de uma organização eficaz.

A Direita Radical Populista em Portugal: o partido Chega

Para saber se é fundamentado o tom alarmista que domina a comunicação social desde a eleição do deputado único do Chega, importa esclarecer até que ponto o partido se enquadra no panorama político europeu, há décadas marcado por uma reconfiguração das direitas no sentido da radicalização. Ao analisar o fenómeno político português e recorrendo à terminologia de Mudde, Riccardo Marchi (2020) identifica elementos nativistas, autoritários e populistas, inseridos numa cultura política que se diz liberal na economia e conservadora nos costumes.

O Chega “(...) assume a defesa da História, da Cultura e da língua portuguesas enquanto valores constitucionalmente garantidos (...)”, promovendo “(...) a afirmação da lusofonia (...)” e trabalhando para “(...) manter os nossos valores, (...) as nossas tradições milenares, (...) a nossa identidade e o nosso apego às raízes (...)” (*Manifesto Político Fundador*), figurando aquilo que Marchi (2020) designa de “nacionalismo banal”. Mais, o partido defende “(...) de forma inequívoca, a rejeição clara e assertiva de todas as formas de racismo, xenofobia e de qualquer forma de discriminação (...)” (*Manifesto Político Fundador*), recusando ainda a existência de racismo estrutural em Portugal. Lembre-se a manifestação organizada pelo mesmo, em agosto deste ano, sob esse lema.

Contrariamente, várias são as declarações de André Ventura que colocam em causa a retórica oficial do partido, tendo sido inclusivamente constituído arguido pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial. O processo foi despoletado por uma publicação na rede social Facebook onde o presidente do partido acusa a comunidade cigana de subsidi dependência, crítica já habitual no seu discurso.

Inevitavelmente, o orgulho em ser português aliado à conduta supracitada acabam por cativar algum eleitorado extremista, como é o caso do líder do

movimento Resistência Nacional. Porém, é notório o esforço por parte dos quadros do Chega para afastar esse género de ligações, como é exemplo o cuidado em não vangloriar o passado colonial.

A posição do partido é particularmente dura face à imigração ilegal, defendendo a deportação numa série de situações. Em relação à imigração legal, assume uma postura mais favorável, no entanto adverte que esta deve desenrolar-se dentro de regras apertadas, “(...) em função das estritas necessidades das economias nacionais e da capacidade de integração do imigrante que ficará sempre, e inapelavelmente, obrigado ao respeito estrito pelo nosso ordenamento jurídico e obrigado a respeitar as nossas regras, ritos, costumes e tradições (...)” (*Manifesto para a Europa*). No *Programa Político Chega 2019* pode ainda ler-se que “(...) não deverá ser obrigação do Estado providenciar habitação social a cidadãos estrangeiros - imigrantes, migrantes ou refugiados - residentes em território nacional (...)” (p. 46). Os dois excertos aqui citados apontam para a preferência do partido pela assimilação dos não-nacionais na cultura portuguesa e uma clara rejeição de quaisquer medidas de discriminação positiva.

O carácter autoritário do Chega consubstancia-se na “(...) defesa de um Estado de Direito forte (...)” e “(...) do Império da Lei (...)” (*Declaração de Princípios e Fins*, ponto 13). Neste contexto, é de realçar a inserção do partido no grupo europeu Identidade e Democracia, ligando-se à Frente Nacional francesa, à Alternativa para a Alemanha, à Liga do Norte italiana e ao Partido para a Liberdade holandês. Um dos principais propósitos desta família europeia é a revisão do Acordo Schengen e a reposição das fronteiras internas da Europa, para eles justificadas pela atual vaga de recém-chegados de África e do Médio Oriente, colocando em risco a segurança das populações.

A estratégia legalista e securitária do partido é por mais evidente em propostas como a introdução da pena de prisão perpétua para crimes graves, a punição de agressores sexuais com a pena de castração química ou física ou ainda a implementação de trabalho obrigatório nos estabelecimentos prisionais (*Programa Político Chega 2019*). Os esforços para acabar com a suposta cultura da impunidade reproduzem-se também na ligação entre o partido e grupos orgânicos de polícias e militares descontentes, como é exemplo o Movimento Zero, cujo apoio foi comprovado numa manifestação das forças de segurança, na qual André Ventura discursou com uma camisola do grupo referido.

São vários os motivos que atestam o cariz populista do partido. Nas palavras do seu deputado, “(...) o Chega é a voz de um povo inteiro farto de corrupção e de impunidade” (Ventura, 2019). Assim, o partido é apresentado como o libertador do povo português, há 45 anos nas mãos de uma elite política que tomou o poder de forma indevida, através de uma revolução marxista (Marchi,

2020). Deste modo, o sistema atual é marcado por um enviesamento à esquerda, pautado pela excessiva intervenção do Estado à custa da perda do poder e dinheiro dos cidadãos. A esta situação acresce uma substantiva ineficácia dos partidos do sistema na resposta às rápidas transformações em curso em Portugal e na Europa, com particular incidência nas questões da justiça e segurança (*Programa Político Chega 2019*).

Dado o estado das coisas, o partido considera ser imperioso uma reestruturação do regime político, mediante a abolição da III República e a instauração de uma nova. Sugere, por isso, a adoção de uma nova constituição, discutida e votada por uma Assembleia Constituinte, uma vez que a atual carece de legitimação por ter resultado dos constrangimentos impostos pelo Pacto MFA-partidos (*Programa Político Chega 2019*). Afirmando claramente um posicionamento antissistema, o Chega reclama um “regresso ao pacto social original” (*Programa Político Chega 2019*, p. 8), por via de um conjunto de reformas que visam a redução das funções do Estado.

Relativamente ao sistema político, o partido sugere que a IV República adote um sistema presidencialista puro, eliminando o cargo de primeiro-ministro e reduzindo o número de deputados para 100, assim como o número de ministérios. Os privilégios da classe política devem ser extintos, os mandatos políticos limitados a dois anos e as legislaturas e mandatos autárquicos prolongados por cinco anos (*Programa Político Chega 2019*, pp. 23-24). No plano económico, defende-se o fim da progressividade dos impostos sobre o rendimento, pois ao “(...) ao Estado não compete dar ou retirar, mas arbitrar (...)” (*Programa Político Chega 2019*, p. 17). O sistema eleitoral também deve ser modificado, no sentido de garantir que pequenos partidos consigam aceder à Assembleia da República, por meio da redução dos círculos eleitorais para 14 e da adoção de listas plurinominais, uninominais e nacional. Sustenta ainda a implementação de lugares vazios nas Assembleias eletivas correspondentes aos votos em branco (*Programa Político Chega 2019*, p. 24). Algumas destas medidas estão presentes no seu mais recente projeto de revisão constitucional, que se encontra neste momento suspenso devido à situação de Estado de Emergência.

Sucintamente, o partido pretende ser a alternativa confiável, assumindo como primordial o “(...) combate à corrupção (...)” e “(...) ao actual sistema de extorsão fiscal transformado em terrorismo de Estado” (*Declaração de Princípios e Fins*, pontos 9 e 10). É precisamente esta atitude anti-elite e as pretensões de reestruturação do sistema, ainda que de acordo com as regras democráticas, que legitima a conotação do partido como populista.

Fatores de Sucesso do Partido Chega

A adesão generalizada à transição democrática desencadeada pela Revolução de 25 de abril de 1974 tem mantido à margem da política portuguesa quer a extrema-direita, quer a direita radical. É o caso do Ergue-te, antigo Partido Nacional Renovador (PNR) que, pese embora os esforços, nunca configurou uma alternativa de poder, registando consecutivamente resultados eleitorais residuais (Costa, 2011).

Mariana Mendes e James Dennison (2020) investigaram as condições que conduziram ao aparecimento e sucesso repentino dos partidos da direita radical em Portugal e Espanha, produzindo um quadro explicativo passível de ser enquadrado no de Mudde. Do lado da procura, constata-se que a competição política em Portugal é maioritariamente estruturada por preocupações socioeconómicas, tendo as questões não materiais uma relevância ocasional. Ressaltam, contudo, que o terreno fértil para a direita radical está em desenvolvimento.

Estudos estatísticos recentes atestam esta ideia. Em outubro deste ano, uma sondagem ICS/ISCTE sobre o racismo revelou uma “(...) acentuação das diferenças entre grupos humanos, a sua hierarquização social e a crença na incompatibilidade ou choque de culturas (...)”, ainda que 55% dos inquiridos discordem que algumas raças sejam mais inteligentes do que outras (Ramos & Pereira, *Expresso*, 2020). Em 2019, a corrupção foi eleita como a segunda maior preocupação entre os portugueses, registando um aumento de 15% no espaço de cinco meses (Lima, *Expresso*, 2019). Com base numa outra sondagem ICS/ISCTE que pretendia aferir o nível de “populismo” da população portuguesa, Pedro Magalhães conclui que “(...) para maiorias expressivas dos portugueses, a principal divisão na sociedade é entre “elites” e “povo” e o compromisso político é uma falha moral.” (*Expresso*, 2019). Além do mais, 64% dos inquiridos concorda que as decisões importantes deveriam caber ao povo, 60% prefere a representação através de um cidadão comum em detrimento de um político, 84% defende que a vontade do povo deveria orientar os parlamentares e 86% tem uma visão negativa dos políticos, considerando a sua ação ineficaz. Por outras palavras, os portugueses carregam um grau bastante elevado de atitudes populistas.

Os dados aqui expostos indicam que, à semelhança dos países europeus, temas prediletos da direita radical estão a captar o interesse de uma parte significativa do eleitorado português. Nas palavras de Nuno Severiano Teixeira, se uma força política ao estilo do Chega ainda não havia irrompido no panorama político português, certamente “O problema não está nas atitudes. Está nas condições. Se estas mudarem, as atitudes lá estarão, prontas para serem exploradas pelos populismos.” (*Público*, 2019).

No que concerne à oferta política, pode argumentar-se que a estrutura de oportunidades serve o partido de André Ventura de duas formas, ainda que o seu aparecimento tenha coincidido com uma fase de recuperação económica. Por um lado, os partidos dominantes não satisfazem as demandas de uma parte crescente do eleitorado e, por outro, PSD e CDS-PP, os dois partidos dominantes do centro-direita, estão a braços com sérias dificuldades em desempenhar uma oposição política credível ao Governo socialista (Mendes & Dennison, 2020). Vários investigadores (Morais, 2019; Fernandes & Magalhães, 2020) aludem ao “legado da austeridade” como fator de declínio das direitas estabelecidas, pois não só a degradação económica e financeira que esperavam não se concretizou, como o executivo atual conseguiu assegurar a responsabilidade fiscal. Ademais, falta uma liderança forte que comande uma alternativa mais clara da área liberal-conservadora, em contrapartida às posições centristas que dominam os programas e discursos políticos destes partidos (Marchi, 2020).

A crise da direita tradicional já era expressiva nas eleições europeias de 2014, quando as duas forças políticas juntas na “Aliança Portugal” registaram apenas 27,7% dos votos. Esta tendência é confirmada nas eleições europeias de 2019, obtendo um total de 28,1%. No que diz respeito ao cenário nacional, as perspetivas não são melhores, sendo os sociais-democratas e os democratas-cristãos apontados como os grandes perdedores das últimas eleições legislativas (Fernandes & Magalhães, 2020).

Em sintonia com Mudde, Mendes e Dennison (2020) atribuem uma parte importante do sucesso da direita radical populista ao facto de os partidos serem percecionados como democráticos e não violentos, afastando as acusações de extremismo. Como foi aludido no início desta secção, a cultura política portuguesa é muito marcada pelo recente passado autoritário, inviabilizando o avanço de ideologias próximas à do Estado Novo (Costa, 2011). O apoio da maioria da população à democracia contemporânea contrasta com setores da população portuguesa que ainda nutrem alguma nostalgia pelo antigo regime. Basta recordar a eleição de António de Oliveira Salazar, em 2007, como “o melhor português de sempre”, reunindo 41% dos votos dos telespectadores da RTP1 que participaram no concurso “Os Grandes Portugueses”.

Segundo os autores, o estigma social é evitado por via de diferentes estratégias. Uma delas consiste na substituição das antigas bandeiras da extrema-direita por novas, como a vertente antissistema em vez da antidemocrática ou o nacionalismo em troca do xenofobismo (Rydgren, 2005 citado por Mendes & Dennison, 2020). Outra prende-se com a capacidade de mobilizar igualmente eleitores ideologicamente moderados, atraídos não apenas pelo tema da imigração, mas sobretudo pela crítica à corrupção da classe política e pela agenda securitária (Art, 2011 citado por Mendes &

Dennison, 2020). A partir do Estudo Eleitoral Português de 2019, Magalhães valida esta hipótese, apurando os traços genéricos do eleitor do Chega:

“fortemente «anti-políticos», mas (ainda) sem um projecto de imposição da «vontade da maioria»; tendencialmente autoritários, mas possivelmente pouco mais autoritários do que o eleitor português médio já é; os efeitos alegadamente negativos da imigração não são tema (ainda?), mas o modelo de integração é assimilacionista e mais baseado do que entre outros eleitores numa concepção étnica de nação” (*Pedro Magalhães, 2020*).

As circunstâncias em que o partido Chega surge e as origens políticas do seu núcleo fundacional concorrem igualmente para a imagem de “partido normal”, sendo escassas as conexões à extrema-direita tradicional (Marchi, 2020; Mendes & Dennison, 2020). A carreira política do presidente inicia-se precisamente no principal partido de centro-direita, adquirindo notoriedade enquanto candidato do PSD e do CDS-PP à Câmara Municipal de Loures em 2017. Devido a divergências com a liderança de Rui Rio, André Ventura inicia uma rebelião interna no PSD que acaba por fracassar. O Chega surge, deste modo, como uma reação contra o *status quo* (Marchi, 2020; Freire, *Jornal de Letras*, 2020).

Conseguir desviar eficazmente as ligações ao extremismo depende substancialmente da dimensão e do tipo de cobertura mediática que o partido goza. Após a análise dos conteúdos referentes ao Chega no *Jornal de Notícias* no período anterior às eleições, Mendes e Dennison (2020) notaram indubitavelmente que os meios de comunicação tradicionais lhe dedicaram muito mais atenção e atribuíram-lhe conotações menos negativas, comparativamente ao tratamento fornecido ao antigo PNR. O facto de o líder dar-se a conhecer ao grande público como comentador de futebol na televisão conferiu-lhe uma camada extra de visibilidade que funcionou a seu favor.

Cumulativamente, as redes sociais contribuíram para aumentar a exposição do partido, desempenhando um papel primordial na estratégia discursiva do presidente, orientada principalmente para a conquista de espaço mediático (Marchi, 2020). As funções das redes sociais não se esgotam aqui. Primeiramente funcionaram como principal mecanismo de recrutamento de filiados e, num segundo momento, para fortalecer as bases de apoio (Mendes & Dennison, 2020). São ainda a plataforma privilegiada de resposta aos ataques lançados por alguns meios de comunicação (Marchi, 2020).

Um último ponto considerado por Mendes e Dennison (2020) e Marchi (2020) como fundamental para o surgimento do partido Chega prende-se com a especialização em questões nacionais e não tanto uma cópia dos homólogos internacionais, focados mormente nos problemas da imigração. O discurso

contra a etnia cigana de André Ventura, que remonta aos tempos em que era representante da social-democracia, ilustra precisamente a primazia das idiossincrasias da sociedade portuguesa como principal forma de mobilização.

Considerações Finais

Pelo exposto neste *Working Paper*, advoga-se a inserção do Chega no grupo de partidos da direita radical populista, tal como são definidos por Mudde. Dito isto, algumas ressalvas devem ser levadas em conta.

Antes de mais, o objeto em estudo não é estático, adaptando-se e desenvolvendo-se conforme a sucessão dos acontecimentos, limitando a categorização ao momento em que é apresentada. Sabendo que essa categorização surte efeitos políticos, produzindo, no limite, afastamentos ou aproximações, o próprio partido equaciona a sua linha de atuação em função desse resultado (Barata, *Jornal Económico*, 2020).

Em segundo lugar, sobressaem incongruências no ideário do Chega que dificultam também a análise por aportarem um elevado grau de incerteza quanto à identidade ideológica do partido. Além do liberalismo económico radical colidir com o desejo de representar as franjas menos favorecidas da sociedade, André Freire nomeia como “contradições insanáveis” o posicionamento ultraliberal na economia doméstica, em contrapartida com o nacionalismo e protecionismo defendidos no plano internacional que, por sua vez, ferem a liberdade de circulação prevista pela União Europeia; o caráter antissistema choca com a vertente capitalista e ultraliberal e ainda com o elevado aproveitamento do sistema democrático e dos meios de comunicação tradicionais; o objetivo de referendar o atual regime opõe-se à Constituição; e, por fim, propostas como a implementação da castração química violam claramente os direitos humanos (*Jornal de Letras*, 2020). Acrescem ainda as divergências entre o programa do partido e o discurso do líder, frequentemente racista e xenófobo. Verifica-se, portanto, uma grande dose de oportunismo político, fazendo depender a evolução ideológica do partido dos apetites políticos dos eleitores portugueses. Com este pano de fundo, não é plausível que surja um consenso entre a comunidade científica sobre a definição do partido.

Mais de um ano após as eleições legislativas de 2019, constata-se que as políticas e os valores do Chega não foram absorvidos pela agenda política, sendo manifestas as diferenças entre o partido da direita radical populista aqui tratado e os partidos *mainstream*. Em larga medida, continua a ser percecionado como um “partido tóxico”, manchando a imagem a quem a ele se associa e sofrendo de uma forte censura social (Sá, *Jornal de Notícias*, 2020).

Conquanto, há sinais que sugerem a alteração desta realidade. O atual governo de direita nos Açores é apenas suportado graças a um acordo de incidência parlamentar viabilizado pelo Chega, o que pode significar que está aberto o caminho para futuros entendimentos políticos. Se assim acontecer, as políticas advogadas pelo partido tenderão a normalizar-se nos diversos setores da sociedade, sendo crescentemente toleradas e bem acolhidas. De acordo com a última sondagem da *Intercampus* sobre as intenções de voto para as próximas eleições legislativas, o Chega surge como a quarta maior força política (7,3%), pouco abaixo do Bloco de Esquerda (7,7%).

Ainda é cedo para se afirmar com segurança que se assiste à generalização da mundividência autoritária, nativista e populista no panorama político português. Contudo, não restam dúvidas sobre a responsabilização do partido na introdução de questões socioculturais que até então estavam ausentes do debate público, como o tópico da imigração (R. Marchi, entrevista, *Jornal de Notícias*, 2020). Além disso, numa entrevista recente à *Renascença* e ao *Público*, André Ventura afirma que em termos de números de militantes o Chega afirma-se como o terceiro maior partido, o que é impressionante, sabendo que contava com pouco mais de mil militantes inscritos quando se estreou no parlamento.

O futuro apresenta-se incerto para a direita radical populista. Enquanto o apoio às suas ideias resulta de mudanças estruturais ocorridas ao longo de décadas, o seu apoio eleitoral obedece ao contexto político imediato, estando dependente da proeminência de certas questões e da reputação dos partidos da direita (Mendes & Dennison, 2020; Mudde, 2020). No caso nacional, acresce a elevada identificação com o líder, que embora assegure a captação de apoiantes de todas as fações políticas, acentua a volatilidade a que está sujeito (Marchi, 2020). Além de que, o crescimento do partido aliado à flexibilidade ideológica propicia tensões internas, correndo o risco de desaparecer antes de se institucionalizar no sistema político (Marchi, 2020; Mendes & Dennison, 2020). Mesmo considerando todos estes aspetos, não existem razões para pensar que o partido tenha atingido o seu auge.

Concluindo, a ascensão da direita radical populista afirma-se como uma “normalidade patológica” (Mudde, 2020) e Portugal não é exceção. Por outras palavras, enquanto a extrema-direita continua marginalizada, tomando como exemplo o caso do Ergue-te, o Chega está no caminho para se tornar um ator político e mediático, justamente por representar “(...) uma radicalização dos valores do *mainstream*.” (Mudde, 2020, p. 177) e não algo totalmente avesso à democracia.

Bibliografia

AA.VV. *Manifesto para a Europa*.

AA.VV. *Manifesto Político Fundador*.

Agência Lusa. (2020a, Agosto 2). Chega manifestou-se em Lisboa para dizer que «Portugal não é racista». *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/2020/08/02/chega-manifestou-se-em-lisboa-para-dizer-que-portugal-nao-e-racista/>

Agência Lusa. (2020b, Setembro 18). Chega e parceiros europeus unidos por UE com fronteiras internas e anti-imigração. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/2020/09/18/chega-e-parceiros-europeus-unidos-por-ue-com-fronteiras-internas-e-anti-imigracao/>

Agência Lusa. (2020c, Setembro 22). Revisão constitucional do Chega prevê castração física de pedófilos. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/09/22/politica/noticia/revisao-constitucional-chega-preve-castracao-fisica-pedofilos-1932475>

Amorim, D. P. de. *Programa Político Chega 2019*.

André Barata. (2020, Julho 18). E se olhássemos antes para a pergunta? *O Jornal Económico*. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/e-se-olhassemos-antes-para-a-pergunta-614574>

Castela, J. *Declaração de Princípios e Fins*.

Castro, J. R. e. (2019, Junho 6). Onde estamos? À direita, no pior desde 1976. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/onde-estamos-a-direita-no-pior-desde-1976/>

Costa, J. M. da. (2011). O Partido Nacional Renovador: A nova extrema-direita na democracia portuguesa. *Análise Social*, 201, 765–787.

Expresso. (2020, Novembro 20). Sondagem legislativas: Aliança com Chega não seria suficiente para PSD ultrapassar PS, Bloco em queda. *Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/politica/2020-11-20-Sondagem-legislativas-alianca-com-Chega-nao-seria-suficiente-para-PSD-ultrapassar-PS-Bloco-em-queda>

Fernandes, J. M., & Magalhães, P. C. (2020). The 2019 Portuguese general elections. *West European Politics*, 43(4), 1038–1050.

Freire, A. (2020, Julho 15). Chega: A direita radical, plebeia e ultraliberal. *Jornal Letras, Artes & Ideias*. pp.42-43. Lisboa

Ignazi, P. (1992). The silent counter-revolution. *European Journal of Political Research*, 22(1), 3–34.

Lima, R. P. (2019, Julho 19). Corrupção dispara entre os temas que mais preocupam os portugueses. Saúde ainda lidera. *Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/dossies/diario/2019-07-19-Corrupcao-dispara-entre-os-temas-que-mais-preocupam-os-portugueses.-Saude-ainda-lidera-1>

- Lourinho, J. C. (2019, Novembro 21). Deputado do Chega discursa a manifestantes de forças de segurança. *O Jornal Económico*. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/deputado-do-chega-discursa-a-manifestantes-de-forcas-de-seguranca-516454>
- Magalhães, P. (2019, Junho 1). Populismo em Portugal: Um gigante adormecido. *Jornal Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/sondagens/2019-06-01-Populismo-em-Portugal-um-gigante-adormecido>
- Magalhães, P. (2020, Fevereiro 22). O que pensam os que votam no Chega? *Pedro Magalhães*. Disponível em: <https://www.pedro-magalhaes.org/o-que-pensam-os-que-votaram-no-chega/>
- Malhado, A. R. (2020, Janeiro 3). Chega tem seis mil militantes novos desde as legislativas. *Sábado*. Disponível em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/chega-tem-seis-mil-militantes-novos-desde-as-legislativas>
- Marcelino, V. & Marchi, R. (2020, Junho 25). “O Chega é um partido com rosto mas sem coluna vertebral” [Entrevista]. *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/25-jun-2020/a-campanha-presidencial-e-uma-janela-de-oportunidade-unica-a-medida-do-estilo-de-andre-ventura-12348874.html>
- Marchi, R. (2019, Dezembro 21). Um olhar exploratório sobre o partido Chega. *Observador*. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/um-olhar-exploratorio-sobre-o-partido-chega/>
- Marchi, R. (2020). *A nova direita anti-sistema: o caso do Chega* (1.ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Martins, S. M., & Alvarez, L. (2020, Dezembro 3). “Rui Rio nunca será primeiro-ministro de Portugal” se o Chega não entrar no Governo. *Rádio Renascença*. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/2020/12/03/politica/rui-rio-nunca-sera-primeiro-ministro-de-portugal-se-o-chega-nao-entrar-no-governo/noticia/217079/>
- Mendes, M. S., & Dennison, J. (2020). Explaining the emergence of the radical right in Spain and Portugal: Salience, stigma and supply. *West European Politics*, 1–24.
- Minkenberg, M. (2000). The Renewal of the Radical Right: Between Modernity and Anti-modernity. *Government and Opposition*, 35(2), 170–188.
- Morais, C. B. de. (2019, Janeiro 7). O declínio dos partidos do centro político em Portugal. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/01/07/politica/opiniao/declinio-partidos-centro-politico-portugal-1856391>
- Mudde, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge: University Press.
- Mudde, C. (2010). The Populist Radical Right: A Pathological Normalcy. *West European Politics*, 33(6), 1167–1186.
- Mudde, C. (2020). *O regresso da Ultradireita-Da Direita Radical à Direita Extremista* (1.ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Neto, I. (2019, Outubro 7). Só há três países sem extrema-direita na Europa. *Jornal de Notícias*. Disponível em: <https://www.jn.pt/nacional/canal/legislativas-2019/so-ha-tres-paises-sem-extrema-direita-na-europa-11381022.html>

- Público. (2020, Novembro 23). André Ventura notificado para apresentar defesa em processo por discriminação. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/11/23/politica/noticia/andre-ventura-notificado-apresentar-defesa-processo-discriminacao-1940217>
- Ramos, A., & Pereira, J. S. (2020, Outubro 17). Importa o que pensamos sobre os outros? *Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/opinioao/2020-10-17-Importa-o-que-pensamos-sobre-os-outros->
- Rooduijn, M. (2015). The rise of the populist radical right in Western Europe. *European View*, 14(1), 3–11.
- Sá, P. (2020, Agosto 12). Chega. "Partido tóxico" ou muito apetecível no centro-direita? *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/poder/chega-partido-toxico-ou-muito-apetecivel-no-centro-direita-12514644.html>
- Sol. (2019, Novembro 23). Zero. Grupo uniu polícias e elegeu herói. *Sol*. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/677985/zero-grupo-uniu-policias-e-elegeu-heroi>
- Sondagem ICS/ISCTE Maio 2019 (parte 3)*. (2019). ICS/ISCTE. Disponível em: <https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/2019/06/01/sondagem-maio-2019-para-sic-expresso-parte-3/>
- Sondagem ICS/ISCTE Setembro/Outubro 2020 (parte 3)*. (2020). ICS/ISCTE. Disponível em: <https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/2020/10/14/sondagem-setembro-outubro-2020-para-sic-expresso-parte-3/>
- Teixeira, N. S. (2019, Maio 22). O país em que o populismo não dá votos. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/05/22/politica/opinioao/pais-populismo-nao-votos-1873488>
- Ventura, A. [@AndreCVentura]. (2019, Outubro 4). *Porque razão cresce o CHEGA nas sondagens e na rua? Porque já não é só a nossa voz individual*[Tweet]. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/AndreCVentura/status/1180218859648888837>
- ZAP. (2020, Julho 3). Chega é oficialmente membro da família europeia de extrema-direita. *ZAP.aeiou*. Disponível em: <https://zap.aeiou.pt/chega-oficialmente-membro-da-familia-europeia-extrema-direita-333109>

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

SANTANA, Margarida «A Direita Radical Populista em Portugal», *Working Paper #102*, Observatório Político, publicado em 30/04/2021, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os *working papers* publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.